



JORNAL DA UNICAMP

ED. 688

Campinas, 5 a 18 de junho de 2023

www.unicamp.br/ju

DOM E BRUNO

O *Jornal da Unicamp* publica um especial de quatro páginas sobre o marco de um ano dos assassinatos do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. **5 a 8**



Binin Bechu Matis, cacique da aldeia Tawaya, durante manifestação em Atalaia do Norte, no Vale do Javari, à época do desaparecimento de Dominic Phillips e de Bruno Pereira

Livro desvela ideário do tradicionalismo **2 e 3**

Nas bromélias, os sinais das mudanças climáticas **4**

O que define a condição de uma pessoa refugiada? **9**

‘Assembleia polifônica’ subverte o estabelecido **12**

Um mergulho nas águas tu

Etnólogo combina inquietação e pesquisa para desvendar a realidade do pensamento de extrema direita

FELIPE MATEUS
felipeom@unicamp.br



A notoriedade de líderes políticos de uma direita populista, representada por figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro, não foi apenas um atalho para que certos grupos

– desde conservadores até extremistas que abraçam o golpismo – chegassem ao poder. Governos conduzidos por essa corrente foram instrumentos para o avanço do tradicionalismo, vertente de pensamento vocalizada por nomes como Steve Bannon, ex-estrategista da Casa Branca, Olavo de Carvalho, influenciador do bolsonarismo que morreu em 2022, e Aleksandr Dugin, conselheiro do presidente russo, Vladimir Putin.

Definir o tradicionalismo é tão complexo quanto enquadrá-lo na política convencional. Em linhas gerais, os tradicionalistas se opõem a tudo o que se relaciona à Modernidade em seu sentido histórico, ou seja, ao que se constitui como paradigma das sociedades pós-iluministas, como a separação entre Estado e religião, o individualismo e o poder de mobilização social. Seus representantes almejam retomar a chamada “era de ouro” na qual a sociedade era movida pela religiosidade e por barreiras entre grupos sociais bem definidos. As bases desse pensamento encontram-se nos escritos do francês René Guénon (1886-1951) e do italiano Julius Evola (1898-1974). No Brasil e nos Estados Unidos, a defesa dessas ideias está circunscrita a comunidades fortemente conservadoras de determinadas regiões. Além disso, para muitos tradicionalistas, a China e seu “comunismo de mercado globalizante” seriam a encarnação do mal.

Autor de *Guerra pela Eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista* (Editora da Unicamp), Benjamin Teitelbaum, professor da Universidade do Colorado, nos Estados Unidos, combinou o trabalho da etnografia com a inquietação jornalística para mergulhar fundo nas ideias de Bannon, Dugin e Carvalho. Sua obra foi escrita com base em encontros e entrevistas ocorridos entre julho de 2018 e setembro de 2019 e compõe mais do que o relato de uma experiência corajosa: é o diagnóstico de uma realidade que precisa ser estudada para que não se perpetue.

Nesta entrevista, o professor norte-americano relaciona temas presentes em seu livro com episódios recentes, como o fortalecimento do chamado “centrão” durante o governo Bolsonaro, a formação da frente ampla que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a guerra na Ucrânia.

Jornal da Unicamp – A que o senhor atribui a boa recepção da versão brasileira de seu livro *Guerra pela Eternidade*?



O professor Benjamin Teitelbaum, autor do livro: “O grande objetivo dos tradicionalistas não é criar relações, mas destruir o que está posto”

Benjamin Teitelbaum – Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, percebo no Brasil uma grande demanda por esse tipo de análise. Na época da publicação, os norte-americanos estavam saturados de conteúdos sobre Steve Bannon. Foi uma luta fazer com que o livro decolasse nos Estados Unidos. No Brasil, entretanto, ele explodiu, estava em todos os meios de comunicação. Fui entrevistado por Pedro Bial, por Patrícia Campos Mello; Caetano Veloso também divulgou o livro. Para mim, isso aconteceu porque a obra traz algo realmente novo sobre alguém que as pessoas ainda não conheciam bem, que era Olavo de Carvalho. As conversas sobre ele eram do tipo: “Ele é muito conservador, é louco, politicamente radical, fascista”. Eu entrei nesse universo lidando com as mesmas ideias, mas dizendo algo diferente, e isso chamou a atenção das pessoas.

JU – O senhor se surpreendeu com a demanda do público brasileiro por análises sobre Olavo de Carvalho? Como o senhor chegou até ele?

Benjamin Teitelbaum – Foi algo acidental, que ocorreu no período em que eu estudava Steve Bannon. Tive contato com Olavo de Carvalho enquanto eu analisava a relação de Bannon com o ideólogo russo Aleksandr Dugin. Carvalho e Bannon passaram a se encontrar, a aparecer juntos em eventos e a traçar estratégias

em conjunto. Eu, simplesmente, segui aquele caminho. Não podia prever o interesse do público brasileiro.

JU – Como podemos definir o tradicionalismo? Quais os limites entre essa vertente e correntes como o conservadorismo e o reacionarismo?

Benjamin Teitelbaum – É uma definição muito difícil e é muito complicado apontar esses limites. Inicialmente, podemos explicá-lo como uma forma de conservadorismo levada ao extremo. Algumas pessoas podem pensar que, em tempos passados, as coisas eram melhores. Bolsonaro, por exemplo, pode ser nostálgico em relação à ditadura militar do Brasil. Os tradicionalistas tomam esse instinto e o levam a patamares tão extremos que o tornam quase irreconhecível, mas com uma diferença: ele parece ser nostálgico e, no entanto, é uma forma de antinostalgia.

Eles consideram que o passado era melhor, que já houve uma “era de ouro”, mas também que podemos tê-la de novo. Isso é diferente da nostalgia. Um nostálgico sente falta de um passado que não pode voltar. O tradicionalismo, por sua vez, se torna perigoso à medida que começa a falar da possibilidade de trazer de volta um passado que considera melhor. Por que isso? Porque essa volta ao passado é defendida por meio da destruição. Trata-se de um conceito de tempo cíclico, em que seria



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor Antonio José de Almeida Meirelles Coordenadora Geral da Universidade Maria Luiza Moretti Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário Fernando Sarti Pró-Reitor de Pesquisa João Marcos Travassos Romano Pró-Reitor de Graduação Ivan Felizardo Contrera Toro Pró-Reitor de Extensão e Cultura Fernando Antonio Santos Coelho Pró-Reitora de Pós-Graduação Rachel Meneguello Chefe de Gabinete Paulo César Montagner Chefe de Gabinete Adjunta Adriana Nunes Ferreira

JORNAL DA UNICAMP Secretária Executiva de Comunicação Christiane Neme Campos Editor-chefe Álvaro Kassab Editores Pedro

Fávaro Júnior, Raquel do Carmo Santos Chefia de reportagem Rachel Bueno Reportagem Adriana Vilar de Menezes, Carmo Gallo Netto, Felipe Mateus, Hebe Rios, Hélio Costa Júnior, Juliana Franco, Liana Coll, Mariana Garcia, Paula Penedo Pontes, Tote Nunes Fotos Antoninho Perri, Antonio Scarpinetti, Felipe Bezerra Projeto gráfico Luis Paulo Silva Editores de arte Alex Calixto de Matos, Paulo Cavalheri Atendimento à imprensa Ronei Thezolin, Sophia Angeli Revisão Júlia Mota Silva Costa, Rodrigo Campos Castro Coordenadora do núcleo audiovisual Patrícia Lauretti Supervisora de TI Laura de Carvalho Freitas Rodrigues Acervo Maria Cristina Ferraz de Toledo Banco de imagem André da Silva Vieira Tratamento de imagens Renan Garcia Redes sociais Bruna Mozer, Octávio Augusto Bueno da Fonseca da Silva Serviços técnicos Alex Matos, Américo Garcia Filho, Elisete Oliveira Silva, Mateus Fiorese, Selvino Frigo Agradecimentos André Gustavo Gontijo Penha Impressão Gráfica Pigma Correspondência Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. O Jornal da Unicamp é elaborado pela Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp. Periodicidade quinzenal.

Críticas do tradicionalismo

Foto: Antonio Scarpinetti



de subjetividade seriam substituídos por um mundo de fronteiras reais entre as pessoas.

JU – Há um valor comum entre os tradicionalistas que é a oposição à China. Isso já existia antes do boom econômico do país asiático? Não parece conveniente radicalizar a oposição a um país quando ele se torna a segunda maior economia do mundo?

Benjamin Teitelbaum – Sim, principalmente quando se supõe que a grande civilização está na primeira economia, os Estados Unidos. Parece, sim, bem conveniente pintar seu principal adversário econômico como um inimigo espiritual. É evidente que a China é vista de forma desfavorável. Isso está presente nas obras mais antigas de Olavo de Carvalho. Ele teve um debate interessante com Aleksandr Dugin no início dos anos 2000, na época da ascensão da China, em que apontou que a China e a Rússia estavam alinhadas em um pacto militar.

É uma visão um pouco diferente da que Bolsonaro propagandeava, de que o problema estaria no comunismo chinês, mas ainda é um retrato negativo. A visão de Bannon sobre a China, por sua vez, está mais associada com a sua economia. Para ele, o mal trazido pela China é que o país alimenta a globalização por meio de seu modo de produção industrial, em que o Ocidente consome os produtos e faz o dinheiro circular pelo mundo, mas o eixo produtor de tudo está na China. Precisamos, entretanto, recordar aquilo de que os tradicionalistas não gostam a respeito da China, que é a quebra das fronteiras. E, sim, a China, como os Estados Unidos, impulsiona a globalização no mundo.

JU – Diante desse quadro, que avaliação o senhor faz da oposição existente nos Estados Unidos em relação à China?

Benjamin Teitelbaum – Trata-se de uma oposição que vem crescendo e que envolve lados diferentes do espectro político. A marca da oposição feita por Bannon e por Carvalho é a forma com que a China rompe as fronteiras mundiais e como ela se opõe à religiosidade. Não é um anticomunismo por si só, mas uma oposição pelo fato de se tratar de um sistema contrário a valores religiosos. Não é o tipo de crítica feita pela Nancy Pelosi [ex-presidente da Câmara dos Representantes (deputados) dos Estados Unidos] e outros membros do Partido Democrata, por exemplo, que se tornam cada vez mais reticentes em relação ao país asiático.

JU – No Brasil, seguidores de Olavo de Carvalho, como Ernesto Araújo e o ex-ministro da Educação Ricardo Vêlez, integraram o governo de Jair Bolsonaro. Com o decorrer do mandato presidencial, foram substituídos por outros nomes, ao mesmo tempo que grupos ligados ao chamado “centrão”, marcados pelo fisiologismo político, ganharam espaço e poder. Nesse contexto, até que ponto o tradicionalismo consegue manter espaço na política real?

possível se reconectar com o passado por meio da destruição do presente; uma ideia de que passamos por um período sombrio e devemos atravessá-lo para atingir de novo um período de ouro.

JU – E o que viria depois dessa destruição?

Benjamin Teitelbaum – Haveria o retorno de um tempo marcado por uma forte religiosidade, hierarquizado e com fronteiras bem definidas. Um mundo em que a religiosidade abarcaria o poder político e a vida cultural. Não haveria a ideia de igualdade entre as pessoas, não haveria individualismo, globalização ou feminismo. Os limites entre as coisas ditados por uma noção forte

Foto: Reprodução



Foto: Gage Skidmore/Wikimedia Commons



Olavo de Carvalho (à esquerda) e Steve Bannon estreitaram relações, passando a se encontrar para traçar ações conjuntas

Benjamin Teitelbaum – Não tenho certeza. De certa forma, um tradicionalista é uma pessoa muito idealista e um idealismo exacerbado não tem espaço na política, principalmente na política de coalizão. É algo muito radical de se sustentar no longo prazo. E, aí, está o cerne da resposta para sua questão.

Claro, as derrotas de Trump e de Bolsonaro não são o que Bannon e Carvalho queriam ver, mas a agenda tradicionalista não vai caminhar por meio da política tradicional. Eles se apoiam no populismo político por questionar o *establishment*, mas se unem a nomes como Trump e Bolsonaro porque os veem como destruidores. Não importa o quanto eles estejam de acordo com o pensamento tradicionalista, o que importa são suas ações.

JU – Podemos interpretar a guerra na Ucrânia como um efeito da influência de Aleksandr Dugin sobre Vladimir Putin?

Benjamin Teitelbaum – É difícil dizer. Pelo lado da Rússia, vejo mais de 300 anos de reivindicação pelo controle sobre determinados territórios, ou seja, o problema é mais antigo do que preconiza o senso comum. Para mim, fatores como a expansão da Otan [Organização do Tratado do Atlântico Norte] e o discurso da mídia contemporânea podem explicar o porquê de a investida ter começado quando começou. Entretanto, a questão é muito mais profunda. Não acho que Dugin tenha influenciado diretamente o início da guerra, tendo convencido Putin a invadir a Ucrânia. O que podemos perceber é a influência dele no decorrer da guerra.

Há duas justificativas oficiais que a Rússia apresenta para a invasão. Uma é a expansão da Otan, que ameaçaria a segurança do país, e a segunda é que a Ucrânia pertenceria à Rússia e que o Ocidente estaria atrasando o processo para conquistar esse território. Isso revela uma visão imperialista, na qual Dugin desempenha um papel importante. Percebo que muitos historiadores e cientistas políticos não prestam atenção nas diferentes narrativas usadas sobre um mesmo conflito.

JU – Nesse ponto, a forma como o Ocidente responde ao conflito, com sanções econômicas, pode não surtir efeito?

Benjamin Teitelbaum – Exato. Esse é um conflito entre a materialidade e a imaterialidade. Interessante colocar esse ponto porque uma das coisas ditas por Dugin quando as sanções começaram foi que, se elas contribuírem para isolar a Rússia, ótimo, um primeiro passo terá sido dado. Ele deseja um mundo onde há pequenas ilhas e, se a Rússia conseguir passar por isso e se mantiver isolada, é perfeito. É o mesmo tom do discurso de Ernesto Araújo ao dizer que ele estaria feliz com um Brasil pária no mundo, contanto que junto dos que ele considera corretos. Dugin diria que ficaria feliz se a Rússia passar a repelir o sistema econômico internacional.

JU – Qual é, na sua opinião, a melhor maneira de enfrentar esses movimentos tradicionalistas? Nesse contexto, qual é o papel dos movimentos de direita, partindo do pressuposto de que abriram espaço para Trump, nos Estados Unidos, e Bolsonaro, no Brasil?

Benjamin Teitelbaum – Historicamente, grupos de centro-direita sempre foram uma barreira à ascensão da extrema direita ao poder. Nesse contexto, cenários, como a coalizão atual formada pelo presidente Lula no Brasil – em que todos estão unidos contra a extrema direita –, tornam-se problemáticos, pois podem ter efeito contrário, resultando no seu crescimento. Esse é o grande desafio atual da centro-direita: deter os radicais de direita sem se identificar com o restante do espectro político. Do contrário, aos olhos dos eleitores, todos passarão a integrar a mesma corrente ideológica e, consequentemente, haverá apenas uma oposição, formada por essa extrema direita, como espaço de contestação. É preciso muito cuidado com essa situação.

Outra forma de lidar com a questão é melhorar o entendimento sobre a realidade. A percepção não pode ser enviesada. Por exemplo, o uso massificado de expressões como “fascista” e “nazista” para se referir a certos atores recai no erro de classificar algo novo como conhecido. Isso dificulta a compreensão plena desses fenômenos. Por isso, defendo, e muitos não gostam de me ouvir dizer isso, que as pessoas precisam se desafiar a ouvir e captar as nuances. Isso não torna ninguém apoiador de Trump ou Bolsonaro. Acredito que esse é um exercício importante para a apreensão da realidade.

Danos que atravessam fronteiras

Pesquisa demonstra que aumento da temperatura e perda de predador afetam cadeia alimentar sustentada por bromélia

PAULA PENEDO PONTES
penedo@unicamp.br

Uma pesquisa do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp foi vencedora do Prêmio Elton 2022, concedido pela Sociedade Britânica de Ecologia para o melhor artigo publicado no periódico *Journal of Animal Ecology*. O estudo tem como primeiro autor o pós-doutorando Pablo Augusto Poletto Antiqueira e avaliou como o aumento da temperatura e a perda do predador aquático de topo afetam diferentes pontos da cadeia alimentar sustentada por bromélias-tanque. Os resultados trazem evidências sobre como mudanças ambientais antropogênicas – causadas pelo ser humano – podem afetar diversos grupos biológicos e revelam, ainda, que os impactos do aquecimento global e da perda de predadores podem atravessar as fronteiras entre ecossistemas.

A conquista do prêmio é resultado da inovação em avaliar, de maneira experimental, os efeitos conjuntos da perda de predadores e do aumento da temperatura em um sistema natural diversificado. Usualmente, esse tipo de pesquisa é realizado teoricamente, com o emprego de modelos matemáticos ou em sistemas naturais muito simples. Como explica Antiqueira, realizar experimentos em ecossistemas complexos é uma tarefa difícil porque simular a perda de predadores de topo, como leões em uma savana, não é algo factível. Além disso, esse tipo de experimento encontra desafios relacionados ao uso de réplicas, uma exigência do método científico.

“Imagine que você queira testar os efeitos do aquecimento em uma lagoa”, sugere o autor. “Você precisa simular o aquecimento dessa lagoa usando a temperatura que é esperada para daqui a 50 ou 100 anos a partir de modelos climáticos. Se você testar em apenas um corpo d’água, você não saberá se o resultado obtido é próprio daquele local ou padrão de todos eles, então é necessário fazer réplicas do experimento. Contudo, é muito difícil arrumar e manusear quarenta ou cinquenta lagoas para poder aplicar a mesma simulação em várias unidades experimentais”, comenta o pesquisador.

Bromélias-tanque, por outro lado, são plantas neotropicais que atuam como microecossistemas naturais e cuja complexidade pode ser comparada à das lagoas – embora em menor escala. Elas abrigam uma fauna rica em micro e macro-organismos como bactérias, algas, fungos e artrópodes, podem ser replicadas quantas vezes forem necessárias e, também, contam com um compartimento aquático e outro terrestre que se interligam quando as larvas que vivem na água se transformam em insetos adultos. Esses insetos, por sua vez, são utilizados como alimento por predadores terrestres, o que permite avaliar os efeitos da perda do predador aquático para além desse ecossistema.

Ademais, o compartimento aquático da bromélia é uma das principais fontes de água doce em sistemas de água salgada, como praias e mangues. Segundo Antiqueira, alguns estudos estimam que, em regiões de restinga – vegetação encontrada nas áreas do litoral –, um hectare de floresta com bromélias pode fornecer até 50 mil litros de água, que são consumidos por aves e outros animais locais. “A gente já viu cachorros-domato, gambás e outros marsupiais bebendo da água dessas plantas. Existem estudos que chamam a bromélia de amplificador da biodiversidade porque ela aumenta a



Fotos: Felipe Bezerra

Neotropicais, as bromélias-tanque abrigam uma fauna rica em micro e macro-organismos

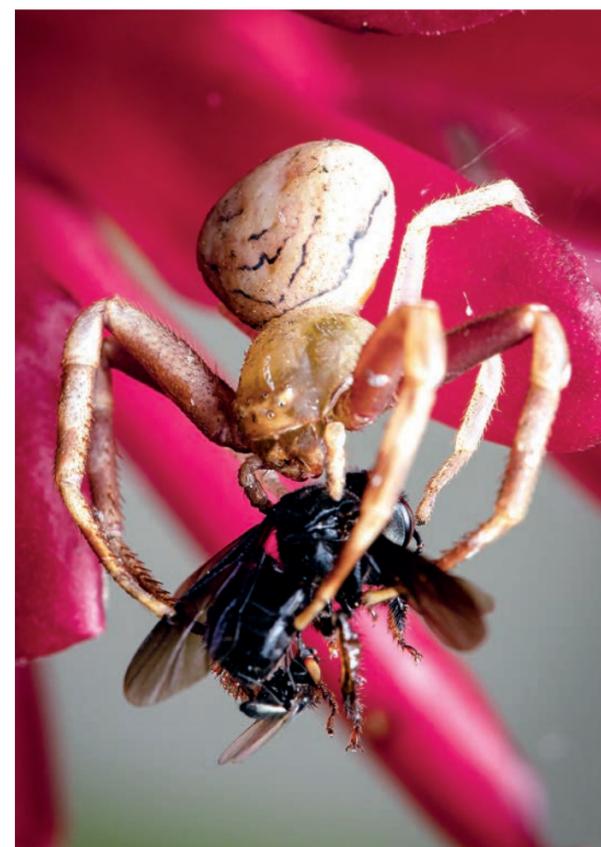
presença de animais, seja fornecendo recurso ou habitat para proteção e reprodução”, revela.

Resultados

Como principal resultado, o estudo concluiu que a perda do predador aquático de topo gerou um efeito em cascata desde a microfauna aquática até a macrofauna terrestre. Por um lado, a simplificação trófica – que ocorre quando predadores de topo são retirados da natureza – diminuiu a quantidade de algas no sistema, pois os restos de carcaças e fezes liberados por esses caçadores fornecem nutrientes para esses organismos. Por outro lado, a ausência dos predadores aumentou a quantidade de larvas e insetos que chegam à fase adulta – e antes eram consumidos pelos predadores –, amplificando o fornecimento de recursos (presas) para o sistema terrestre.

Contraintuitivamente, o aumento da temperatura da água não impactou a fauna estudada – com exceção de alguns organismos terrestres construtores de teia –, o que os autores atribuem a uma provável adaptação evolutiva dos bichos que vivem nas bromélias, uma vez que a temperatura da água, durante os experimentos, chegou a variar 13°C em um único dia. No entanto, como a pesquisa só investigou os efeitos do aquecimento no compartimento aquático, eles alertam que é preciso realizar mais estudos para saber como o aquecimento na atmosfera terrestre impacta esses animais.

Para obter os resultados, a pesquisa envolveu a simulação cruzada da perda de predadores e do aqueci-



Aranha-caranguejo captura presa



O pesquisador Pablo Augusto Poletto Antiqueira: “Existem estudos que chamam a bromélia de amplificador da biodiversidade”

mento nos mesmos grupos de bromélias. Foram utilizados cinco blocos experimentais, cada um deles com nove bromélias, que tiveram três variações diferentes de temperatura pareadas com três variações diferentes de predadores. “Com isso, a gente conseguiu cruzar os dois acontecimentos, o que nos permitiu ver os efeitos simultâneos de vários estressores ambientais, que são fatores antropogênicos como desmatamento, poluição e perda de biodiversidade. Isso foi importante porque pouco se sabe do que acontece quando eles interagem e menos ainda de forma experimental e em ambientes tropicais”, complementa Antiqueira, ressaltando que o prêmio é resultado de muitos anos de dedicação e trabalho árduo.

Para o pesquisador, o reconhecimento da Sociedade Britânica de Ecologia veio em um momento muito importante por mostrar à comunidade científica brasileira que vale a pena fazer ciência no país, apesar da falta de investimento dos últimos anos. No entanto, destaca o autor, a premiação teve um significado pessoal ainda mais importante para ele. “A primeira pessoa a me ensinar o que era um rastro de animal e a me incentivar a trabalhar com ecologia foi meu pai. Infelizmente, ele faleceu ano passado. Então, ganhar esse prêmio por um artigo que também saiu no ano passado foi algo muito especial. Esse prêmio eu dedico a ele”, finaliza Antiqueira.

Alessandra Sampaio, viúva de Dom Phillips, fala sobre sua relação com o jornalista

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Da dir. para a esq., Alessandra Sampaio, Beatriz de Almeida, respectivamente, viúvas de Dominic Phillips e Bruno Pereira, e a presidente da Funai, Joênia Wapichana, durante visita a Atalaia do Norte em fevereiro deste ano

Passado o luto, a luta pelo legado



LIANA COLL
lianavnc@unicamp.br

Os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dominic Phillips, no dia 5 de junho de 2022, mobilizaram a atenção do mundo todo pela brutalidade e desvelaram a política antiambiental e anti-indígena do governo Jair Bolsonaro. Eles viajavam pela Terra Indígena Vale do Javari, no Estado do Amazonas, quando sofreram uma emboscada.

A viúva de Dom, Alessandra Sampaio, em depoimento ao *Jornal da Unicamp*, compartilha memórias e reflexões sobre o marido, suscitadas pelos assassinatos, e fala sobre o atual contexto de ameaças envolvendo os povos indígenas. Ela conta que, depois de nove meses de um período de luto em que ficou recolhida, agora, planeja trabalhar com o legado do jornalista.

A viúva de Dom, Alessandra Sampaio, em depoimento ao *Jornal da Unicamp*, compartilha memórias e reflexões sobre o marido, suscitadas pelos assassinatos, e fala sobre o atual contexto de ameaças envolvendo os povos indígenas. Ela conta que, depois de nove meses de um período de luto em que ficou recolhida, agora, planeja trabalhar com o legado do jornalista.

Jornal da Unicamp – Como a senhora e o Dom se conheceram e como ele era?

Alessandra Sampaio – Uma amiga em comum, minha comadre, nos apresentou no Rio de Janeiro. A gente se conheceu, uma semana depois nos encontramos de novo e, aí, tivemos uma ligação que achei até estranha. Fiquei assustada com a conectividade que rolou de primeira. Dom era uma pessoa muito legal, independentemente de ser um cara por quem eu tenha me apaixonado. Não conheço uma pessoa que não gostasse do Dom. Ele era atento, muito sincero, muito parceiro da família, de amigos. Era uma pessoa presente. Muitas pessoas já me falaram que o Dom tinha uma característica muito interessante: ele te ouvia com muita atenção.

JU – Algum fato despertou o envolvimento dele com o meio ambiente e os povos indígenas?

Alessandra Sampaio – Quando ele começou a trabalhar para o *The Guardian*, passou a ir mais para a Amazônia cobrir alguns problemas. Na verdade, o primeiro lugar da Amazônia que o Dom conheceu, em 2005, foi a Ilha de Marajó. Ele me falou: “Ale, eu vi policiais andando de búfalo, eu vi a floresta, a gente remou no rio. Foi incrível! Eu vi os ribeirinhos, eu vi a comida”. Ele ficou apaixonado. Acho que ele já tinha essa ideia de conhecer mais, mas, aí, quando começou a trabalhar no *Guardian* e o enviaram para coberturas de alguns problemas que estavam acontecendo, ele começou a se interessar mais. Ele falava que seus livros focavam muito nos problemas e dizia: “Eu acredito que tem coisas para fazer e acredito que quem é nativo, quem está morando na Amazônia, é que vai saber as respostas”. Então, o objetivo do livro que ele estava produzindo era dar voz às pessoas de lá sobre quais seriam as possíveis alternativas para a conservação.

JU – Sobre o livro, há alguma previsão de publicação?

Alessandra Sampaio – Não. E isso porque a gente está dependendo de recursos para finalizar o projeto. Mas já tinha muita anotação, muito material. O Dom estava fazendo todas as viagens para depois sentar e escrever tudo. Ele tinha vários cadernos, várias anotações. Ele faria mais uma viagem e depois começaria a escrever.

JU – E com o Bruno, como foi o contato com ele?

Alessandra Sampaio – Foi um encontro muito especial que ele teve aqui no Brasil. O Bruno foi um profissional que acabou virando um amigo do Dom. Embora eles não se encontrassem pessoalmente, estavam sempre se falando por telefone. O Bruno era muito experiente e tinha um diferencial: era uma pessoa muito comprometida com a causa indígena, ao ponto de os indígenas o considerarem um igual.

Quando o Dom conheceu o Bruno, em 2018, na expedição que fizeram ao Javari, voltou falando: “Nossa, Ale, eu estou muito impressionado com o Bruno, porque ele não é só um servidor ali, um cara fazendo o trabalho dele. É um cara que tem uma missão de vida, sabe muito, fala a língua dos indígenas, dança, come igual a eles, fica super à vontade, anda na mata como se fosse indígena, é muito parceiro na conservação do território do Javari e está pensando com os indígenas sobre como fazer isso”.

JU – Olhando para junho de 2022, como a senhora percebe o quadro que suscitou esses assassinatos?

Alessandra Sampaio – Acho que são coisas que já aconteciam, ou não teríamos Chico Mendes, Dorothy [Stang], Maxciel [dos Santos], Paulinho Guajajara e tantos outros indígenas e [membros de] comunidades tradicionais que sofrem ameaças. Mas teve um ponto que acho que é diferente nas mortes de Dom e Bruno: foi retirada a estrutura de fiscalização e a rede criminosa sabia disso. Acho que contavam com uma certa impunidade. Ninguém que participou do que aconteceu esperava essa repercussão. Isso jogou luz sobre o Vale do Javari e sobre outras re-

giões onde, a gente sabe, estão ocorrendo mortes e onde tem muita gente sendo ameaçada, especialmente pessoas que trabalham para a ou participam da Univaja [União dos Povos do Vale do Javari]. Definitivamente, acho que o antigo governo legitimou, direta ou indiretamente – aí cabe à interpretação das pessoas –, uma ação criminosa. Acho que isso fugiu do controle propositadamente.

Dom realmente fez filmagens que revelavam o esquema em que estavam envolvidos o “Pelado” [um dos acusados dos assassinatos] e outros pescadores. Em momento algum acho que o Dom esteve no lugar errado, com a pessoa errada. Não. Acho que eles foram atrás do Dom e do Bruno igualmente, em uma armadilha feita para os dois, não só para o Bruno como já falaram por aí.

JU – A senhora esteve no Javari em fevereiro. Como foi a experiência?

Alessandra Sampaio – Conhecer algumas pessoas foi muito legal. Algo que me emocionou muito foi ver pessoas falando: “Alessandra, estamos juntos. Se precisar de alguma coisa, me procure”. E os indígenas perguntavam quem eu era, eu falava que era a esposa do Dom, aí me abraçavam e falavam: “Minha parente, você é nossa parente também”. O que mais me emocionou, realmente, foi esse contato com os indígenas, que são muito carinhosos. Um deles me falou: “Dom e Bruno agora são espíritos da floresta e continuam protegendo a gente. Se protegem a floresta e protegem a gente, a gente protege você e você protege a gente”. Essa é uma rede coletiva de cuidado e proteção que cada vez me encanta mais.

JU – O que se espera para a data de um ano dos assassinatos?

Alessandra Sampaio – Nós, as famílias, ou quem passa por uma situação dessas, independentemente de ser Dom e Bruno, esperamos que a justiça seja feita no nosso tempo, porque estamos tão angustiados que esperamos que a justiça traga alguma calma interna. É muito importante a gente falar sobre a segurança dos territórios, dos povos originários, das comunidades tradicionais que continuam ameaçadas. Isso é um ponto fundamental porque, para mim, não importa só a justiça no julgamento sobre o caso. A justiça tem que ir além. Se não, acho que a morte deles fica sem sentido para mim. [O 5 de junho] acho que vai ser um dia muito emotivo. É para lembrar deles, do quanto a gente sente falta, da importância do trabalho e legado deles, que acho que é o que traz a presença deles. E, também, pedir pela proteção dos povos originários. Bia [Beatriz Matos, viúva de Bruno] trabalhando no Ministério dos Povos Indígenas, eu com planos de abrir uma ONG com o nome do Dom, para a divulgação de projetos na Amazônia, tendo a mesma postura que ele tinha: ouvir quais são as demandas dos povos para poder pensar em algum tipo de projeto.

Eu tive um tempo de luto que considero longo. Fiquei muito quietinha em casa durante pelo menos oito, nove meses, e agora estou começando... Estou já há seis meses pensando na ONG, mas a ideia precisa amadurecer.



Foto: Reprodução

Dominic Phillips e Alessandra Sampaio durante viagem



Na sequência de fotos, cenas da cidade amazense de Atalaia do Norte, no Vale do Javari, em junho de 2022: manifestação de indígenas, nas duas primeiras imagens; movimentação no porto à espera dos corpos de Bruno e Dom; e a chegada de Amarildo da

LIANA COLL
lianavnc@unicamp.br

Entre a insegurança

Indígenas e parceiros se mobilizam para a proteção do Vale do Javari



Em uma noite do início de junho de 2022, ui- vos e latidos pouco usuais chamaram atenção dos moradores de uma cháca- ra na zona rural de Atalaia do Norte, no extremo oeste do Amazonas. No dia seguinte, enquanto tomavam café da manhã,

eles trocaram impressões sobre a noite perturbadora que haviam passado. Todos sentiam que alguma coisa tinha acontecido, incluindo Adriana Ribeiro. Ela havia se mudado poucos meses antes para o local, junto com o companheiro, Jaime Mayuruna, e o filho, Tumi, a convite do indigenista Bruno Pereira. Pouco tempo depois, correria o mundo a notícia de que Pereira e o jornalista Dominic Phillips haviam desaparecido.

“Foi um sentimento coletivo. Quando, infelizmente, anunciaram o desaparecimento, a gente já associou aquela noite com o triste ocorrido”, rememora Ribeiro, que fez graduação, mestrado e doutorado na Unicamp e é funcionária da Companhia de Saneamento do Amazonas.

Os corpos de Bruno e Dom foram encontrados no dia 15 de junho, depois de dez dias de buscas. Eles haviam sido emboscados por pescadores ilegais quando retornavam de uma viagem pela Terra Indígena Vale do Javari (TIVJ) no dia 5 de junho, Dia do Meio Ambiente. O indigenista acompanhava Dom em uma série de entrevistas que este realizava para um livro que escreveria sobre a Amazônia.

Cenário agravado

Um ano depois do crime que atraiu a atenção mundial para a grave situação dos povos originários e da floresta amazônica no Brasil, os desafios em relação à segurança permanecem. Indígenas e parceiros se mobilizam para a proteção do Javari, cobijado por invasores dispostos às mais diversas atividades ilegais. A morte encomendada é um medo que ainda ronda as lideranças da área – segundo o que se escuta pelas ruas de Atalaia do Norte, o prêmio pela cabeça de um único deles pode chegar a R\$ 80 mil.

Sem trégua na luta contra os grupos que os ameaçam, ativistas oscilam entre a angústia e a esperança quando têm em mente o novo governo federal, liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pela primeira vez na história do país, representações indígenas compõem o primeiro escalão do Executivo e conduzem uma pasta que trata exclusivamente dos interesses dos povos originários – o Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Contudo, essa composição está sob ataque. No dia 25 de maio, avançou no Congresso Nacional a tentativa de retirar do MPI a atribuição de demarcar terras indígenas como avançou a tentativa de reduzir o escopo de atuação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

A caminho de uma reunião, no dia 15 de maio, Eliésio Marubo, assessor jurídico da União dos Povos do Vale do Javari (Univaja), atendeu a uma chamada de vídeo para conceder uma entrevista ao *Jornal da Unicamp*. Logo no início da conversa, Marubo vira a câmera para mostrar,

ao seu lado, o segurança privado que precisou contratar por conta das ameaças que vem sofrendo. “Agora mesmo estou em deslocamento em um carro com um segurança para poder cumprir minimamente aquilo a que me proponho no movimento indígena”, relata.

“Não há outra alternativa a não ser bancar essa despesa, e isso tem sido extremamente oneroso. Isso vem da ineficiência e do descompromisso do Estado com a garantia da segurança não só minha, mas de outras pessoas que estão sob ameaça. Se não tivéssemos feito essa movimentação, acredito que já teríamos um resultado muito negativo”, afirma.

Marubo e outras dez pessoas ameaçadas da região do Javari aguardam para entrar no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH). O grupo também demanda ações do governo federal na TIVJ, onde, em um dos mais recentes episódios de invasão, homens armados entraram na aldeia Kanamari Irari 2 ameaçando o cacique. Um dia antes do ocorrido, o líder indígena havia denunciado a extração de madeira ilegal à Polícia Federal (PF).

Desafios para o Estado

Em março, o governo federal realizou uma operação para destruir dragas utilizadas para o garimpo no Javari, e foi instalada uma base da PF no porto de Atalaia do Norte, município que concentra mais de 70% da Terra Indígena. No entanto, o assessor da Univaja, bem como ativistas de organizações indigenistas, considera essas medidas como meramente paliativas e reivindica um plano efetivo para conter as ameaças às comunidades indígenas, análise compartilhada por Helena Ladeira, da coordenação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Ladeira atua no Javari desde 2008. O CTI trabalha com as demandas dos povos indígenas, dando um

enérgico apoio, por exemplo, nas atividades de ensino e formação. Entre suas atribuições, a entidade realiza oficinas em parceria com a Univaja e outras organizações indigenistas e de direitos humanos. A última foi em maio. “Fizemos uma oficina com o tema ‘Análise de Risco e Plano de Proteção para Defensores de Direitos Humanos na Amazônia’, junto com a Univaja, a Front Line Defenders e a Justiça Global. Foi uma oficina com as lideranças e as associações. Ainda estamos muito preocupados porque, por mais que haja esse esforço para dar teoricamente uma segurança para os indígenas que lá estão, o que temos visto é que isso não está acontecendo e as ameaças ainda são constantes.”

A indigenista analisa que há vontade política do governo federal e uma sinalização de que recursos serão liberados e esforços para a proteção do Javari e suas comunidades serão empreendidos. “Enquanto isso, são pequenos fundos, auxílios financeiros pontuais importantes [que obtemos], mas que não tiram os invasores dali”, conta. As receitas são utilizadas para a compra de equipamentos essenciais, como telefones via satélite, que permitem a comunicação entre os indígenas nos pontos mais remotos do Javari. Esses recursos também contribuem para as missões em que são identificadas as ameaças, para a realização de censos e para o mapeamento da situação da saúde e das escolas nas aldeias.

Ladeira lembra que, em 2021, frente à ausência do Estado na região, aprofundada no governo de Jair Bolsonaro, foi criada a Equipe de Vigilância da Univaja (EVU). A EVU foi uma iniciativa dos indígenas e de parceiros como Bruno Pereira, que se desligou da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) devido ao papel que vinha sendo obrigado a desempenhar sob o governo Bolsonaro. “Ocorre que, ainda hoje, eles estão fazendo o papel do Estado no monitoramento e nas expedições de vigilância”, afirma.

Foto: Felipe Bezerra



A professora Artionka Capiberibe: “É preciso colocar de pé uma política que foi desmontada”



Eliésio Marubo (ao centro, de camisa azul), assessor jurídico da Univaja, durante coletiva de imprensa depois do desaparecimento de Bruno e Dom: advogado foi obrigado a contratar segurança

Fotos: Antonio Scarpinetti



Costa Oliveira, o "Pelado" (no interior da lancha), um dos acusados pelo homicídio

ança e a esperança

ari; liderança da região e antropólogos analisam a conjuntura atual

A reportagem tentou contato com o MPI a fim de questionar o órgão sobre a atuação do Estado na região do Javari. Não houve resposta até o fechamento desta edição (30 de maio).

Violência e sabotagem

Antropólogos e professores da Unicamp, Antonio Guerreiro e Artionka Capiberibe avaliam que os assassinatos de Bruno e Dom explicitaram o desmanche de uma política de garantia constitucional dos direitos indígenas pelo governo Bolsonaro. Foram sabotados os órgãos responsáveis pela política indigenista, assinalam. “Os desafios agora são enormes. É preciso colocar de pé uma política que foi desmontada e avançar”, diz Capiberibe.

Embora o governo Bolsonaro tenha sido devastador, Guerreiro salienta que a violência contra os povos indígenas perpassa a história do país. “Infelizmente [os assassinatos] revelam uma triste história, de longa duração, de ataques aos direitos e à segurança de indígenas e não indígenas que trabalham pela defesa desses direitos. Foram dois assassinatos brutais e que não são fatos isolados. São parte de uma série histórica de assassinatos em diferentes regiões do Brasil.”

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foram registrados 176 assassinatos de indígenas em 2021, 170 em 2020 e 113 em 2019. Além disso, durante o governo Bolsonaro, aumentou o número de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio”. Foram 263 casos em 2020 e 256 em 2019, ano que registrou um aumento de 141% desse tipo de ocorrência quando comparado a 2018.

Na avaliação do antropólogo, as políticas anti-indígenas e antiambientais dos últimos anos promoveram

um aumento da violência. Ademais, no plano ideológico, de acordo com Guerreiro, “recuperaram um velho projeto colonial segundo o qual o único destino para os povos indígenas é a assimilação pela ‘comunhão nacional’, essa velha expressão que apavora o Brasil desde o fim do Império e o início da República e que significa o desrespeito sistemático à diversidade étnico-racial e linguística do Brasil”.

Recuperar a política de gestão territorial, mobilizando os recursos necessários para tanto, defende o antropólogo, é fundamental. “Precisamos de uma política de gestão dos territórios indígenas que seja sólida em termos da disponibilidade de recursos humanos e de verbas para a vigilância dos territórios. E que sejam políticas elaboradas pelos povos indígenas que habitam esses territórios, porque são eles os grandes conhecedores da região”, afirma.

A retomada da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (Pngati) é vista como um avanço pelo professor, que considera haver sinalizações positivas no governo federal. “Ao mesmo tempo, a gente não pode se iludir que vai ser tudo muito simples e fácil, porque o lado contrário joga pesado. O principal exemplo é o projeto de lei [PL 490/07] que oficializa a tese do marco temporal e tramita no Congresso”, pondera.

Em 25 de maio, um pacote de medidas desfavoráveis para o meio ambiente e para os povos indígenas avançou no Congresso Nacional.

Frente aos desafios, analisa Capiberibe, organizações do movimento indígena sempre fizeram a proteção dos territórios da forma que puderam. “Isso tem a ver com sobrevivência. Eles entenderam que, se não protegessem o território de alguma forma, iam desaparecer. Um exemplo, durante o governo Bolsonaro, foi

o da etnia Uru-eu-wau-wau, que passou a monitorar as invasões utilizando tecnologias, entre as quais drones. A própria comunidade cerca o local e expulsa os invasores. Mas não deveriam ser eles, arriscando suas vidas, a fazer isso. O Estado precisa garantir a vida dos povos indígenas, seja o governo que for. Isso é um direito constitucional.”

Para a antropóloga, uma das ações mais urgentes é o enfrentamento dos grupos armados, ligados ao narcotráfico, que circulam nas fronteiras do país. A dificuldade em combatê-los torna-se evidente na Terra Yanomami, onde há dificuldade em remover os garimpos ligados a facções criminosas.

O endurecimento das regras sobre o porte de armas de fogo e as recentes demarcações de Terras Indígenas pelo governo federal são elencados como medidas importantes. Capiberibe afirma que é preciso, com urgência, reativar a base etnoambiental e criar uma rede de proteção para que as pessoas não sejam vitimadas.

Enquanto os povos indígenas cobram do novo governo federal a recomposição dos órgãos responsáveis pela política indigenista, as audiências e o julgamento dos acusados pelo homicídio de Bruno e Dom prosseguem. Amarildo da Costa Oliveira (“Pelado”), Oseney da Costa de Oliveira (“Dos Santos”) e Jefferson da Silva Lima (“Pelado da Dinha”) estão presos na condição de suspeitos e devem ir a júri popular.

Ruben Villar (“Colômbia”), acusado de ser o mandante do crime, também está preso. Ele chegou a ser solto em dezembro de 2022 após o pagamento de uma fiança de R\$ 15 mil, mas voltou à prisão por descumprimento das medidas impostas para a liberdade provisória. “Colômbia” também é suspeito de ser o mandante do assassinato de Maxciel dos Santos, servidor da Funai morto a tiros em 2019.

Marcelo Xavier, presidente da Funai no governo Bolsonaro, de 2019 a 2022, foi indiciado pela PF por homicídio qualificado e ocultação de cadáver. Houve o entendimento de que o então responsável pelo órgão indigenista não tomou providências após diversas notificações sobre as ameaças a líderes e ativistas da região.

Para Marubo, é preciso aguardar a conclusão dos julgamentos para fazer comentários sobre o assunto. Afirma, entretanto, que a investigação precisa ser aprofundada. “Foi muito fácil identificar o ‘Colômbia’ e encontrar o ‘Pelado’. Já era público e notório. Mas e o núcleo político que mantém toda essa estrutura? E os empresários que lavam dinheiro para o crime organizado? Nós queremos falar sobre isso, queremos que as autoridades entendam que há todo um sistema ilícito e sujo que precisamos descortinar.”

No dia 5 de junho, ocorrem atos no Brasil, no Reino Unido e nos Estados Unidos em homenagem a Dom e Bruno. As manifestações também chamam atenção para a situação dos povos indígenas no país, alertando para desrespeito a direitos e para recentes ataques, como o PL do marco temporal. O campus da Unicamp no distrito de Barão Geraldo, em Campinas, é um dos sete locais onde ocorrerão as manifestações. O ato será no Teatro de Arena, às 13 horas.

Foto: Antonio Scarpinetti



de imprensa em Atalia do Norte

Foto: Antonio Scarpinetti



O professor Antonio Guerreiro: “A gente não pode se iludir que vai ser tudo muito simples e fácil, porque o lado contrário joga pesado”

Nativos do Javari na Unicamp evocam a memória e compartilham expectativas

O Vale na perspectiva de três estudantes indígenas da Universidade

LIANA COLL
lianavnc@unicamp.br



No dia em que a União dos Povos do Vale do Javari (Univaja) anunciou o desaparecimento de Bruno e Dom, 6 de junho de 2022, Main Matis estava em viagem pela Terra Indígena (TI) e sem acesso ao noticiário. Ele trabalhava na Prefeitura

de Atalaia do Norte (AM), dando apoio aos professores do Javari, e estava entregando materiais nas escolas do território. “Quando cheguei à minha aldeia, vi os alunos fazendo desenhos e perguntei o que estava acontecendo. Falaram que estavam homenageando Bruno, que ele tinha desaparecido com um jornalista”, rememora Main.

Após a confirmação do assassinato, o povo Matis, que chegou a ter um conflito com Bruno em 2016, prestou reverência ao indigenista, conta Main. “Tivemos muitas homenagens porque o povo Matis conheceu muito o Bruno. Ele viveu junto conosco, esteve um tempo aqui, dialogando. Mesmo tendo brigas, ele tinha amizade com os povos indígenas, era respeitado.”

Main é um dos cinco estudantes da região do Vale do Javari que estudam na Unicamp. Marta Marubo Comapa também integra o grupo. Ela estava em São Carlos (SP), onde fazia sua primeira graduação, quando recebeu um telefonema da mãe contando do desaparecimento. Com os assassinatos revelados, seu pai, que trabalhava na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), deixou o órgão. “Quando recebemos a notícia do assassinato do Bruno, ele ficou com medo e também saiu porque queria fazer curso de Enfermagem, que era o sonho dele.”

Para a estudante, os crimes revelaram uma grave situação na TI. “O Vale do Javari é uma região muito esquecida pelo poder público. A Funai estava sucateada e a Frente Etnoambiental não tinha verbas para vigiar. As pessoas estavam trabalhando com medo. Desde que [Jair] Bolsonaro se elegeu, a gente sabia que não ia ser fácil e vimos o que vimos.”

Ela, que atuou junto a Bruno em um projeto da Funai, espera que o trabalho do indigenista possa inspirar outras pessoas. “Os Marubo, nós que trabalhamos com ele, ficamos sem chão. Foi um momento muito triste, complicado e revoltante. O Bruno foi um exemplo, um homem que sempre manteve a esperança e determinação de lutar conosco até seus últimos momentos. Ele lutou

Foto: Divulgação



May Costa em comunidade da etnia Matis: para doutoranda, Estado deve estar mais presente no Javari



Foto: Antonio Scarpinetti

Main Matis, aluno do curso de História: “A gente cresceu na aldeia com nossos pais e até hoje lutamos para não perder o Vale do Javari”

Foto: Divulgação



Marta Marubo Comapa, estudante da FOP: “O Vale do Javari é uma região muito esquecida pelo poder público”

incansavelmente pelos direitos dos povos indígenas e pela preservação do território. Que ele possa ser lembrado e eternizado.”

O Vale do Javari é a segunda maior área demarcada dos povos originários do Brasil. É também a TI com a maior presença de povos em isolamento voluntário do mundo. Das 26 etnias, apenas sete têm contato com a sociedade não indígena: Marubo, Matis, Matsés/Mayoruna, Kanamari, Kulina Pano, Korubo e Tsohom-dyapa, sendo as duas últimas constituídas de povos de contato recente. A vida no território, a luta por educação, a percepção sobre o assassinato de Bruno e Dom e sobre a situação dos povos na região são motivo de preocupação de Main e Marta, que, atualmente, realiza a graduação na Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) da Unicamp.

Bases de proteção

“Para mim, o Vale do Javari foi um ambiente muito bom, tranquilo, com natureza, muita caça e animais diferentes, onde a gente podia conhecer muitos rios e lugares”, conta Main. Até os 17 anos, ele viveu na aldeia Aurélio, uma das duas aldeias do povo Matis. Depois, foi para Atalaia do Norte (AM) a fim de seguir com os estudos. Main conta que antes da demarcação do Javari – concluída em 2001 – a situação era muito perigosa, problema que se tornou menos grave com a instalação de bases de proteção. “A gente cresceu na aldeia com nossos pais e até hoje lutamos para não perder o Vale do Javari, para que não seja como antigamente, quando tinha muitos madeireiros, pescadores, seringueiros e caçadores.”

Marta, por sua vez, conta que nasceu na aldeia São Sebastião, que mudou de local, mas permanece com o mesmo nome. Como Main, ela também sentiu a hostilidade da população de Atalaia quando se mudou para a cidade aos 4 anos. Era comum ouvirem frases como “volte para a sua aldeia”. Ambos foram para a cidade em razão dos estudos, trajetória que muitos jovens percor-

rem, já que o ensino nas aldeias vai até o quinto ano do ensino fundamental. No caso de Marta, ainda não havia escola indígena na aldeia quando o seu pai decidiu levar a família para Atalaia. “Fui em 1999. Lembro de sofrer preconceito porque era indígena. As crianças faziam *bullying*. Comecei a não querer mais ir para a escola, porque era um local que me dava medo”, relata. Segundo a estudante, sua mãe, assim como ela, não falava português e tinha receio dos não indígenas. “Quando meu pai saía para procurar emprego, ou mesmo saía para caçar, lembro que a gente tinha que ficar trancada dentro de casa, porque minha mãe tinha muito medo.”

As dificuldades também permeiam a experiência de Main na busca por seguir os estudos, que ele passou a enxergar como uma possibilidade apenas na adolescência. “Eu nasci na aldeia mesmo, onde meus pais vivem. Naquele tempo não tinha professores, nem parcerias como a do CTI [Centro de Trabalho Indigenista]. Eu vivia só aprendendo com nossos pais, caçando, pescando e não tinha interesse em estudar porque nem sabia o que era estudo.”

Em 2013, chegaram os primeiros professores à aldeia e, quando Main terminou o quinto ano do fundamental, foi para Atalaia. “Quando nós chegamos à cidade, não tínhamos onde morar. Tinha uma casa de apoio e era lotada.” Main relata que morou por um tempo em um quarto, obtido com o apoio da Univaja. “Meus pais ficaram na aldeia e eu conseguia visitá-los só no final do ano. É difícil chegar e tem que comprar gasolina. Mesmo assim a gente se virava. Mesmo tendo dificuldade, a gente não desistia.” Main projeta que, ao concluir o curso de História, será possível retornar ao Javari e atuar como professor.

Para Marta, por sua vez, a ideia também é trabalhar na sua região de origem. “Eu moro aqui, mas lá é o meu lar. Um dia vou terminar [o curso] e vou voltar. Eu sei que é muito longe, quando chove falta energia, não tem acesso a internet, então muita gente que vai de fora tem dificuldade para ficar e vai embora. Mas tenho esse sonho, esse objetivo grande dentro de mim: desenvolver projetos para a população, tanto na área da educação como na da saúde”, aponta. O fortalecimento dos órgãos de proteção aos direitos indígenas, segundo Marta, é fundamental.

Assim como ela, May Costa, da etnia Tikuna e doutoranda em Antropologia na Unicamp, também espera ver uma maior presença do Estado no território após o crime. Ela desenvolve pesquisa no Javari junto aos Matis e vive em Tabatinga (AM), cidade próxima à TI e local do julgamento do caso Bruno e Dom. “A partida de Dom e Bruno nos traz a reflexão de que, como eles, pessoas que estão trabalhando na causa indígena podem ter o mesmo fim. O governo, o Estado e o poder público deixam a desejar na questão de dar tranquilidade para quem mora e trabalha no Javari. Muita gente teve que desviar suas pesquisas, seu trabalho, com medo de sofrer. Que o Estado faça alguma coisa o mais rápido possível, que não espere mais mortes”, aponta.

Quando a cidadania vira discurso

Pesquisa analisa processos de nomeação que podem impactar e limitar a experiência humana

ADRIANA VILAR DE MENEZES
avilardemenezes@unicamp.br



III PRADH
PRÊMIO DE RECONHECIMENTO
ACADÊMICO EM DIREITOS HUMANOS
UNICAMP - INSTITUTO VLADIMIR HERZOG

riaais. Um ano depois, ainda sem indenização, ela se reconhecia como refugiada, tanto quanto as pessoas que ela via na TV atravessando mares e fronteiras para fugir da guerra.

O que configura e como se constrói a situação de refugiado? Quem além do estrangeiro pode ser nomeado refugiado? Quais as implicações dessa nomeação no que diz respeito aos direitos humanos dessa pessoa? Giulia Mendes Gambassi estudou essas questões em seu doutorado, sob a perspectiva discursivo-desconstrutiva.

Em sua tese, “Nomear o humano: A migração como acontecimento discursivo”, orientada pela professora Maria José Rodrigues Faria Coracini, a pesquisadora afirma que os processos de nomeação relativos à migração se dão como acontecimentos discursivos que tentam normatizar, categorizar e limitar a experiência humana. O estudo recebeu o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico em Direitos Humanos Unicamp - Instituto Vladimir Herzog, que neste ano está em sua terceira edição. As pesquisas contempladas serão publicadas no *Jornal da Unicamp*.

Desenvolvida entre 2019 e 2022, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, a investigação foi motivada pelo trabalho *Refugiados de Belo Monte*, idealizado pela jornalista Eliane Brum, que consistia em uma clínica estabelecida em Altamira (PA), em 2017, operada por um coletivo de profissionais para atender a população ribeirinha do Xingu (Amazônia), afetada pela hidrelétrica de Belo Monte. O trabalho chamou a atenção de Gambassi por seus autores nomearem aquelas pessoas refugiados. “Isso ficou na minha cabeça”, recorda a pesquisadora.

A primeira preocupação de Gambassi foi definir o que é refugiado. “Fiz muitas leituras e, antes de ir para Brumadinho, entrevistei, em Campinas, um refugiado haitiano e uma venezuelana.” Já nas primeiras entrevistas veio à tona a dúvida sobre a condição da nomeação dessas pessoas. “O primeiro entrevistado, o haitiano, por exemplo, disse que não sabia se era refugiado ou não, porque ele dizia que, quando via a situação dos sírios, questionava se poderia se valer dessa palavra”, exemplifica.

Em sua viagem a Brumadinho, Gambassi percebeu que a questão não era sobre o significante “refugiado” ou sobre como ele é mobilizado. “A questão era sobre o que

“Aqui era uma zona de guerra.” Assim, uma das vítimas do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale S.A., em Brumadinho (MG), descreve o cenário da cidade após o desastre de janeiro de 2019. Essa vítima perdeu filho, parentes e bens mate-



Giulia Mendes Gambassi, autora da tese: “Para eu poder ser cidadão, tenho que definir o que é o outro, porque eu me identifico a partir da minha relação com o outro”

é considerado humano. Esse movimento de nomeação do migrante, na verdade, é mais uma das ficções a que a gente se filia para poder viver com segurança”, explica.

O caso do artista plástico Igor Vidor, brasileiro refugiado na Alemanha, trouxe também outros fluxos de sentido. Vidor, que, diferentemente de outros entrevistados, deu permissão para que o seu nome verdadeiro aparecesse, foi perseguido por uma milícia no Rio de Janeiro logo após o assassinato de Marielle Franco, em 2018. Ele foi ameaçado de morte inúmeras vezes e obteve acolhimento como refugiado junto a um instituto de artes alemão. “Pode parecer esquisito a gente pensar que o Brasil também produz refugiados”, diz a pesquisadora.

Direito à vida

A partir de dois *corpora* — um *corpus* formado por cinco refugiados (Haiti, Venezuela, Moçambique, Síria e Brasil) e outro, por cinco deslocados internos (Brumadinho) –, ela analisou dez relatos por meio dos quais questionou os processos de nomeação relativos à migração.

Em janeiro de 2020, pouco antes da pandemia de covid-19, a pesquisadora estava em campo para ouvir os relatos dos sobreviventes do desastre ambiental de Brumadinho, que matou 270 pessoas. Nesse momento, as entrevistas foram presenciais e Gambassi esteve sempre acompanhada. “[As entrevistas] eram com membros da comunidade ou com a família ou algum representante. Uma vereadora e um líder político comunitário me ajudaram a entrar nas casas das pessoas.” A pesquisadora relembra, emocionada, a forte impressão que a dimensão da dor daquelas pessoas lhe causou. Uma semana depois de ela ter retornado de Brumadinho, teve início o *lockdown* e as entrevistas passaram a ser online.

Alguns dizeres, segundo Gambassi, foram mais impactantes, como o da mãe que descreveu um cenário de guerra em Brumadinho. “Ela contou que todas as noites lavavam os contêineres onde colocavam os corpos encontrados na lama e a água passava em frente à casa dela. Sempre que via um contêiner, ela pensava se era o filho dela que estava ali...”

Os símbolos da guerra mencionada por aquela mãe eram os helicópteros que levavam os corpos, os sons, a devastação da cidade soterrada após o rompimento da barragem de rejeitos, a “invasão” pela imprensa e, até mesmo, a presença dos pesquisadores. “Eles não aguentavam mais esse assédio. Viviam um esvaziamento constante. Eu tive pesadelos enquanto eu estive lá. Sonhei, por exemplo, que estava sendo soterrada. Foi horrível, muito intenso, a ponto de eu demorar para conseguir escrever a respeito”, relembra Gambassi.

Foi em Brumadinho que a pesquisadora afirma ter tido a certeza de que o termo refugiado não era apenas um dispositivo legal para garantir acesso a políticas públicas, mas uma espécie de destino. Nesse sentido, a pesquisa coloca em xeque as definições do que seja a condição humana. “Se essa ideia de estrangeiridade é ficção, a cidadania também é. A conclusão [da tese] caminhou mais para a percepção das questões dos direitos humanos e da vida”, conclui Gambassi.

Gambassi fazia parte, em 2020, do grupo multidisciplinar de pesquisa e ação Conflitos, Riscos e Impactos Associados a Barragens (Criab), da Unicamp, cujo coordenador geral é o professor Jefferson Picanço, do Instituto de Geociências (IG).

Sob a orientação da professora Coracini, Gambassi embasou suas análises na perspectiva da psicanálise de Sigmund Freud e Jacques Lacan, dos estudos discursivos de Michel Foucault e do movimento desconstrutivo de Jacques Derrida. “Para eu poder ser cidadão, tenho que definir o que é o outro, porque eu me identifico a partir da minha relação com o outro”, explica a pesquisadora, que fez toda a sua formação na Unicamp – graduação, mestrado e doutorado. A expectativa da pesquisadora é que a tese sirva como um suporte para oferecer outras formas de representação das pessoas refugiadas.

Universalizando a escola

Livro promove a educação na história, na realidade humana e na atualidade

ANA CAROLINA PEREIRA
Especial para o *Jornal da Unicamp*

Na rota da educação: epistemologia, teoria, história foi escrito por Justino Magalhães, doutor pela Universidade do Minho (Portugal) e professor catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. No livro, o autor aborda os principais campos da educação embasado não só no legado de importantes pensadores, mas também em sua experiência como educador em diferentes segmentos de ensino e circunstâncias científicas.

Publicada por meio de uma parceria entre a Editora da Unicamp e a Editora da Universidade Federal de Uberlândia (Edufu), a obra tem por objetivo ampliar a compreensão acerca da educação, situá-la e promovê-la na realidade humana, na história e na atualidade. “As motivações que me levaram a escrever o livro foram pessoais, acadêmicas e profissionais, muito embora eu veja como causa mais profunda a possibilidade de contribuir para a centralidade da educação nas questões e nos desafios da atualidade”, explica Magalhães.

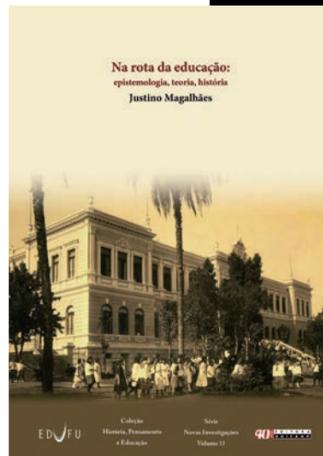
Segundo o docente, a obra é permeada pelo enigma educação/instância do humano-pessoa e, no essencial, dá curso à ideia de que, ontológica e antropológicamente, a educação está na base das sociedades, dos processos civilizacionais, do desenvolvimento, dos destinos da humanidade e do próprio planeta.

Jornal da Unicamp – Quais foram as motivações para a produção do livro *Na rota da educação*?

Justino Magalhães – O livro que me aventurei a escrever pretende compreender, situar e promover a educação na realidade humana, na história e na atualidade. Nas disciplinas teóricas e metodológicas, na teoria da educação, na história da educação e em publicações anteriores, jamais deixei de interrogar-me sobre e procurar explicitar noções fundamentais, nomeadamente as de educação-processo, educação-campo de conhecimento e ação, educação-instituição, educação-fenômeno, e de confrontar-me com os desafios inerentes à epistemologia, à representação simbólica e conceitual, às ciências da educação.

JU – O livro aborda os principais campos da educação: epistemologia, teoria, ciência e história. Como essa obra pode ser vista dentro da sua produção acadêmica?

Justino Magalhães – Em educação, o futuro é. Li algures, sob a forma de paráfrase atribuída a Émile Durkheim, um dos fundadores da pedagogia e da escola modernas, que, se a educação é lenta a mudar, é porque está bem. Em educação não há mudança sem permanência, e a inovação mede-se e ganha significado por refe-



Para Justino Magalhães, “a continuidade e a progressão dos estudos configuram a educação secundária, a educação terciária e, por fim, a educação ao longo da vida”

rência ao que permanece e ao que se torna fundamental preservar nas pessoas, nas sociedades e nas instituições.

Permanência e mudança, o presente educativo, em si novo, ganha substância e significado na revisitação, na atualização, na reinterpretação do passado e investe-se de futuro. Pensar, teorizar, investigar e dar a conhecer, ensinar e transmitir, estruturar sob o racional de projeto são operações fundamentais do campo da educação, inerentes à epistemologia, à teoria, à ciência e às ciências da educação.

A história traz à educação substância, discurso e sentido. Desde o século XVIII, história e educação se vêm desenvolvendo de forma integrada. Pensando, ensinando e fazendo história da educação, procurei trazer para o livro *Na rota da educação* uma sistematização do que de fundamental foi assinalando a minha produção acadêmica.

JU – Na opinião do senhor, quais as contribuições do livro para uma reflexão sobre a história da alfabetização e do ensino na área da educação?

Justino Magalhães – A cultura escrita foi historicamente o meio e o vetor fundamental do pensamento, do conhecimento e da comunicação. O triângulo antropológico da escrita (composto por visão, cérebro, mão), associado à mente letrada, informa o núcleo curricular da escola desde a Antiguidade Oriental. Desde a Antiguidade Clássica, a leitura e a autografia favoreceram a mobilidade social e a participação política. Universalizando a escola, os modernos sistemas educativos sobrepõem instrução e educação, fazendo corresponder o institucional e a literacia escolares à educação básica. A continuidade e a progressão dos estudos configuram a educação secundária, a educação terciária e, por fim, a educação ao longo da vida.

JU – No Brasil, vemos com frequência alguns movimentos políticos tentando depreciar personagens da educação, desvalorizar a ciência e reduzir a importância de políticas públicas educacionais que mantêm o bom funcionamento das escolas e universidades. Nesse contexto, como o livro contribui para a valorização da educação e da ciência.

Justino Magalhães – Essa pergunta resume as principais ameaças externas à educação e a que se tendem a associar crises e fatores de instabilidade inerentes ao institucional escolar e à relação entre escola e sociedade. O livro, mais do que alimentar um manifesto e uma militância em prol da escola, procura fundamentar a causa da educação, conferindo-lhe o primado na sublimidade do humano e na harmonização com a natureza. Desvelando a complexidade, a possibilidade e o longo percurso entre educação e história, alimenta a esperança, mas reitera a inevitabilidade de um contrato total.

A humanidade não se cumpriu e não se cumprirá com subdesenvolvimento, pobreza, discriminação, violência. Mas, se também não é mais pensável a unidimensionalidade que caracterizou algumas políticas escolares, não é menos condenável a negação a que continuam votadas populações de regiões menos desenvolvidas do globo ou segmentos infanto-juvenis de territórios empobrecidos, a quem continua a não ser dada oportunidade para fruírem o legado humano e histórico-educativo da aculturação escrita e do institucional escolar.

Título: Na rota da educação: epistemologia, teoria, história

Autor: Justino Magalhães

Páginas: 256

Edição: 1ª

Ano: 2022

Formato: 15 x 21cm

Editora da Unicamp e Edufu

LANÇAMENTOS



NA ROTA DA EDUCAÇÃO

Justino Magalhães

Páginas: 256

Dimensões: 15 x 21 cm

Coedição EdUFU

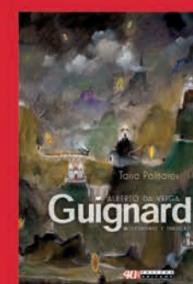


A AULA COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

Ana Lúcia de Faria, Eduardo Batista e Rosali Siller (organizadores)

Páginas: 248

Dimensões: 14 x 21 cm



ALBERTO DA VEIGA GUIGNARD: MODERNIDADE E TRADIÇÃO

Taisa Palhares

Páginas: 152

Dimensões: 14 x 21 cm

Entraves econômicos desafiam a transição energética

Relatório aponta metodologias não convencionais como promissoras para vencer barreiras mercadológicas

MARIANA GARCIA
marianagarcia@unicamp.br



Foto: Antoninho Perri

A busca por soluções para acelerar a disseminação das energias solar (acima), eólica e hídrica é uma das vertentes do documento

Apesar da sua urgência, o processo de transição energética tem se mostrado lento: entraves políticos, financeiros e mercadológicos vêm desafiando governos e organizações públicas e privadas pelo mundo. Na busca por soluções de modo a acelerar a disseminação das energias solar, eólica e hídrica, metodologias baseadas em modelos econômicos não convencionais têm se mostrado promissoras quando comparadas a iniciativas tradicionais, que se baseiam apenas na lógica da relação custo-benefício. É o que aponta o relatório “Novos modelos econômicos sobre inovação e transição energética: como abordar novas questões e fornecer respostas melhores”, do projeto Economia da Inovação Energética e da Transição de Sistema (Eeist, na sigla em inglês). Publicado recentemente, o trabalho traz 15 estudos de casos reais desenvolvidos por pesquisadores de 18 instituições asiáticas, europeias e brasileiras, dentre as quais a Unicamp.

Fundado há quatro anos e financiado pelo Departamento de Energia do Reino Unido, o Eeist fomenta a produção científica focada em modelagem econômica e política climática para fornecer embasamento a iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável, partindo da implementação e da disseminação da economia de zero carbono. Sediado na Universidade de Exeter (Inglaterra), o programa reúne, entre outras organizações, o Banco Mundial, a Universidade de Oxford (Inglaterra), a Universidade de Cambridge (Inglaterra), a Universidade de Sant’anna (Itália), a Universidade de Tsinghua (China), o Instituto de Pesquisa em Energia da China e o Instituto Mundial de Recursos (Índia). Já o Brasil é representado pela Universidade de Brasília (UnB), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Unicamp.

Nesse que é seu quarto relatório, o Eeist apresenta trabalhos sobre modelos econômicos alternativos em relação a abordagens que não têm dado conta de desatar os nós do processo de transição energética. “São pesquisas sobre o uso de metodologias não convencionais nas situações em que seu emprego seja justificado por indicar perspectivas de avanço com maior rapidez. Focam nos pontos onde a intervenção, pública ou privada, possa fazer a diferença para que a transição aconteça antes

que o aquecimento global se torne incontrolável”, explica Marcelo de Carvalho Pereira, professor do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, integrante do Eeist e coautor de um dos artigos do relatório.

O diagnóstico destaca o uso desses novos modelos em situações reais, ilustrando diferentes fases e desafios do processo de transição energética sobretudo no Brasil, na China e na Índia – considerados países-chave para a substituição da energia gerada a partir da queima de combustíveis fósseis por alternativas sustentáveis e limpas. Para construir essas metodologias, os pesquisadores lançaram mão de referências técnicas diversas, como a teoria apreciativa pura, a análise econométrica, as opções de saída (encerramento de contrato) antecipada e a modelagem computacional. Consideraram, ainda, as particularidades, as oportunidades e os possíveis riscos dos cenários envolvidos nessa transformação.

Apesar do avanço dos estudos, a necessidade de adotar medidas para agilizar a transição energética ainda não é um consenso. Nem na academia, nem na sociedade. “Tanto há autores que defendem que não é preciso fazer nada, porque o mercado automaticamente resolverá o problema, como há pesquisadores estudando os aspectos da economia política, que são bastante complexos. A transição mexe com grandes empresas que detêm extensas reservas de combustível fóssil e que vão se movimentar para tentar preservar o valor dos seus ativos. Essas companhias podem influenciar políticas, tornando o processo mais lento”, analisa Pereira.

Complexidade

Descarbonização da economia; financiamento verde; agricultura sustentável; renováveis imparáveis; desenvolvimento setorial combinado de hidrogênio e amônia. A variedade de temas abordados ao longo do relatório ilustra a complexidade envolvida na troca da energia não sustentável por opções renováveis. A coletânea traz, como único representante brasileiro, o artigo “Opções de saída para investimentos em energia renovável no Brasil”, um extrato da pesquisa de doutorado de Anna Carolina Martins, orientanda de Pereira no IE.

O estudo, financiado também pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), partiu da necessidade de entender as principais demandas e os maiores gargalos do processo de transição energética no Brasil, com vistas a analisar soluções. “A necessidade da participação da iniciativa privada de forma mais ativa nesse processo já vinha sendo apontada. A construção de usinas elétricas é um empreendimento muito demorado e caro, por isso o setor público não consegue absorvê-lo sozinho. Contudo, por ser muito demorado, é considerado inviável pelo setor privado”, pontua Martins. Seu trabalho, então, foi encontrar um modelo que diminuísse o risco e aumentasse a viabilidade econômica para o investidor e o empreendedor.

Pouco empregada no Brasil para avaliar a viabilidade de um empreendimento, a solução proposta foi inspirada em uma estratégia comum na negociação de ações: adicionar, no valor total do projeto, o benefício da opção de saída antes que o projeto seja concluído. “Projetos antes considerados inviáveis tornam-se atrativos quando se calcula a opção de saída porque, dessa forma, é possível contabilizar seu risco. O modelo permite flexibilizar os contratos de financiamento, mesmo que envolvam um prazo muito longo para serem finalizados. Isso suaviza os riscos de perdas e conflitos”, detalha Martins.

Para testar sua ideia, a economista utilizou como modelo a usina hidrelétrica de Itumbiara, pertencente ao complexo Furnas e localizada entre Minas Gerais e Goiás. Após a coleta de dados, Martins realizou uma análise de fluxo de caixa e de risco, considerando variáveis como salários, manutenção da planta, tarifa energética e capacidade de consumo. Dessa forma, chegou à fórmula do valor de uma hipotética opção de saída antecipada, que teria aumentado a atratividade econômica desse projeto na época da construção.

O resultado, conclui a pesquisadora, mostrou que projetos de construção de plantas de energia renovável como Itumbiara podem se tornar menos arriscados quando se inclui esse dado em seu cálculo. Com essa alternativa, a diluição dos riscos poderia viabilizar empreendimentos que seriam descartados devido à alta probabilidade de o retorno econômico ser negativo.

Uma dança polifônica

Pesquisa explora espaços na cidade e novas formas de percebê-los com grupo de artistas e pessoas comuns



Performance "Corpo-Planta", criada em 2022 no âmbito do projeto de extensão "Poéticas do Corpo em Paisagens Pandêmicas", do Instituto de Artes da Unicamp

MARIANA GARCIA
marianagarcia@unicamp.br

No projeto Corpo e Paisagem, a dança serve de instrumento para que um grupo composto não apenas por artistas, mas principalmente por pessoas comuns, explore diferentes possibilidades de estar, habitar e se movimentar na cidade. Idealizado pela artista da dança Laila Padovan em sua pesquisa de doutorado, no programa de pós-graduação em Artes da Cena da Unicamp, o projeto resultou na tese "Floresta nas Ruínas da Cidade – Fabular danças entre plantas, corpos e espaços", defendida no Instituto de Artes (IA) da Universidade.

"A ideia surgiu do desejo de subverter os padrões estabelecidos e perpetuados pelo capitalismo, o colonialismo e o patriarcalismo, que condicionam e mecanizam nossos movimentos e nossas relações", afirma Padovan. Para tanto, a artista elegeu como ferramenta a dança contextual, uma manifestação artística caracterizada por ser construída e apresentada fora dos espaços convencionais de exibição e por ser resultado das relações estabelecidas entre o performer e seu entorno.

Orientadora do doutorado e professora do IA, Ana Terra acredita que a pesquisa, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), contribui para uma reflexão sobre o futuro do ensino da dança, ao mesmo tempo que extrapola seus limites. "É um trabalho que atrai e congrega públicos diversos, artísticos ou não, acadêmicos ou não. Tem essa potência dentro da universidade que a gente pretende ser", observa.

Criação coletiva

Corpo e Paisagem culminou na criação coletiva de quatro performances itinerantes, desenvolvidas e encenadas em 2019, em diversos espaços do Centro Cultural São Paulo (CCSP), na capital paulista. A pesquisadora convocou participantes no próprio espaço, pessoas com ou sem experiência profissional em dança, que se candidataram e fizeram parte da empreitada, divididos em quatro grupos de 20 integrantes. Durante um mês e meio, cada grupo recebeu orientações específicas de Padovan. A proposta era explorar os espaços e

Foto: Veronica Pereira



Performance Itinerante "Temporã", do projeto Corpo e Paisagem no Centro Cultural São Paulo, em 2019

experimentar novas formas de percebê-los, seja por meio dos sentidos (ou da inibição de algum deles), seja por meio dos movimentos.

O primeiro grupo construiu sua performance após a experiência de "caminhar à deriva pelos meandros do Centro Cultural, percebendo que esse ato de andar sem rumo se difere do andar produtivo do dia a dia", detalha a artista. Para o segundo grupo, a proposta foi suprimir a visão para explorar o espaço usando o tato, o olfato e a audição, reconhecendo texturas, formas e o encaixe do corpo na arquitetura. Já os integrantes do terceiro grupo partiram da temporalidade como tema. "Procuramos sentir os fluxos e os movimentos desses espaços, para depois nos fundirmos a eles. Às vezes desaparecendo, às vezes causando perturbações temporais nessas dinâmicas", descreve Padovan.

Da investigação do terceiro grupo surgiu, por exemplo, uma performance em que os participantes se misturavam às pessoas sentadas no café do CCSP para mimetizar gestos produzidos repetidamente por quem frequenta o local, ora em uníssono, ora em um ritmo mais lento. "Existe uma coreografia, que a gente não percebe, nesse lugar. As pessoas chegam, pegam a bandeja, a bebida, o alimento e se sentam. Comem, bebem e depois se levantam, indo embora. Quando a gente brinca com o ritmo desses gestos, uma pequena, porém grande, perturbação acaba ocorrendo no espaço", comenta a pesquisadora.

Finalmente, o quarto grupo trabalhou com questões como encontro e coletividade, concentrando-se na sua relação com os frequentadores do CCSP. Em uma das atividades propostas por Padovan, os participantes foram incentivados a, de olhos vendados, travar conversas com desconhecidos que encontrassem no espaço. "A percepção centrada no olhar carrega muitos preconceitos, sobre raça, gênero, etnia, classe social, aparência. Então, a gente tentou trazer uma conversa sem esses elementos, mas na qual havia a sonoridade e o ritmo da voz, cheiros, a sensação de estar mais perto ou mais longe do outro", explica.

Encerrado o projeto Corpo e Paisagem, Padovan se preparava para analisar o material produzido quando a pandemia do coronavírus chegou ao Brasil. Se, por um lado, dar prosseguimento à pesquisa prática se tornou algo inviável, a pesquisadora enxergou na situação uma oportunidade para aprofundar sua investigação. Dessa inquietação, nasceu um projeto de extensão de ensino e pesquisa, desenvolvido em parceria com sua orientadora e outros colegas de pós-graduação, que envolveu a realização de um ciclo de leituras e a coordenação de uma residência artística de dança contextual, iniciada a partir do relaxamento das medidas de isolamento.

Ao se debruçar sobre o conteúdo do Corpo e Paisagem e os resultados das leituras, discussões e experiências de dança contextual realizadas no campus da Unicamp, Padovan notou o desenvolvimento de uma rede composta por atores de diferentes espécies, vivos e não vivos, algo fundamental para o acontecimento da dança contextual. Para definir esse fenômeno, a pesquisadora utiliza o termo "assembleia polifônica", criado pela antropóloga norte-americana Anna Tsing. "Esses seres se emaranham em relações de naturezas diversas, como cooperação, complementariedade, destruição e comunhão, que produzem a potência de criação e de vida", conclui.

Laila Padovan, autora da tese: subvertendo os padrões estabelecidos



Foto: Divulgação